

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Um estudo bibliométrico dos anos de 2003 a 2019

Lucas Matheus Souza Costa,
Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA
lucasmatheus070809@gmail.com

Alirdone de Jesus Bezerra
Universidade Federal Rural da Amazônia -UFRA
alirdonebezerra@gmail.com

Thiago Fernandes
Universidade Federal de Rondonópolis- UFR
thiago.fernandes@ufr.edu.br

Elizabeth Maria da Silva
Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA
elizabethete.silva@ufra.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise bibliométrica das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária no período de 2003 a 2019. A Economia Solidária, é caracterizada por práticas econômicas, desenvolvidas de forma coletivas, que priorizam a sustentabilidade, cooperação e a autogestão e ganhou relevância nas últimas décadas como uma alternativa ao modelo econômico capitalista. Este estudo examina a evolução das políticas públicas nesse setor, identificando as principais tendências, áreas de foco e lacunas na literatura acadêmica. A metodologia empregada envolve a coleta e análise de dados de publicações acadêmicas indexadas na base de dados Web of Science (WoS). Foram analisados artigos sobre a temática, totalizando 19 publicações. Os resultados indicam um aumento significativo no número de trabalhos publicados ao longo do período estudado, com picos de produção em anos específicos, correlacionados a eventos políticos e econômicos relevantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Geração de Trabalho e Renda; Trabalho Cooperativo; Plataforma WoS.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 8. Trabalho decente e crescimento econômico.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso ainda em andamento e resultado da experiência de bolsista de extensão realizada por um dos autores. Parte do princípio que a implantação de políticas públicas que não sejam paliativas, compensatórias tem contribuído com o fortalecimento da Economia Solidária e permitido uma maior visibilidade aos grupos cooperativos e associativos no Brasil. Tal fato pode ser constatado por meio do crescente interesse de pesquisadores graduandos, pós-graduandos, grupos de pesquisa, núcleos de estudos e projetos de extensão, ou ainda, por meio das inúmeras experiências desenvolvidas a partir de políticas públicas específicas, empreendidas como incentivo ao trabalho coletivo e autogestionário (Eid, 2003, Moromizato, Silva, Lima, & Ceregatti, 2016).

A Economia Solidária no Brasil, conforme discutido por Costa e Jesus (2017), tem um histórico significativo de lutas e adesões no país. Ainda segundo os autores Costa e Jesus (2017), os ganhos alcançados nesse movimento não apenas a fortalecem, mas também ajudam na construção de novas referências e possibilidades para outras economias. Essa construção, aliada a diversas outras variáveis, contribui para caracterizar a Economia Solidária como um movimento social.

Segundo dados do Relatório de Pesquisa do Novo Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2016), no Brasil diversos grupos populares, que desenvolvem atividades econômicas (urbanos e rurais), cooperativos ou associativos, ganharam mais notoriedade no cenário político, regional e nacional por meio do movimento de Economia Solidária.

Portanto a Economia Solidária é importante, visto que os grupos cooperativos e ou/associativos, ao se organizarem em um processo solidário econômicos e em cadeias produtivas geram economias de escala, com potencial de se converter em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), autogestionário, solidário e sustentável. Essa dinâmica pode empoderar os agentes locais como os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e

ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa estratégia nacional de desenvolvimento (IPEA, 2016).

O presente trabalho realizou um estudo bibliométrico dos artigos publicados, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2019 relacionados a políticas públicas para a Economia Solidária. Objetivou-se verificar a apreensão e divulgação dessas políticas e as suas benesses, bem como as críticas e sugestões apontadas pela academia. O período escolhido está relacionado a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária, a SENAES, em 2003, quando a Economia Solidária começou ganhar notoriedade e apoio de política pública na agenda do governo, e a sua destituição em 2016, quando houve um retrocesso na implementação dessas políticas públicas de apoio a Economia Solidária (Arcanjo & Oliveira, 2017).

Neste trabalho utilizou-se, como metodologia principal, a Bibliometria que é uma possibilidade técnica quantitativa e estatística de medir os índices de produção por autores em um determinado período, localidade (Araújo, 2006). Assim, foi verificado quais as políticas públicas foram criadas no âmbito federal, estadual e municipal para fomentar a Economia Solidária no período citado e suas perspectivas.

O trabalho foi organizado em quatro seções, essa introdução, metodologia, resultados e conclusão. A introdução foi elaborada utilizando pesquisas realizadas por vários autores sobre o tema apresentado, uma revisão de literatura científica. Foi brevemente discorrido sobre as concepções de políticas públicas e Economia Solidária, aparecimento da Economia Solidária no Brasil: uma política pública de formação e libertação, (importância da Economia Solidária no mundo atual, as políticas públicas de Economia Solidária e desenvolvimento territorial, a Economia Solidária na agenda governamental. Ainda nessa sessão foi trazido os diferentes campos de análise utilizados na categorização dos artigos. Na metodologia foi apresentado o conceito de pesquisa bibliométrica, nos resultados foram exibidos e discutidos os dados encontrados com a pesquisa bibliométrica e por fim, na conclusão foi apresentado os principais achados.

1.1 Concepções sobre políticas públicas e Economia Solidária

Diversos são os debates sobre a dualidade da Economia Solidária, como movimento social e/ou política pública (Gaiger, 2007, Lima, 2009, Lévesque, 2009, Viveret, 2012, Costa; Jesus, 2017). Para Singer (2002), a Economia Solidária é um outro modo de produção, constituindo uma autêntica “alternativa superior ao capitalismo”. Dentre seus princípios destacam-se a não propriedade particular dos meios de produção e a autogestão dos trabalhadores, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários são geridos pelos próprios trabalhadores, onde nenhum deles assume o papel de patrão, existindo um rodízio na liderança.

Segundo o filósofo brasileiro Mance (1999), a expressão Economia Solidária não é a mais adequada para a descrição desse novo estilo de negócio, já que prefere o termo colaboração solidária. Para Mance (1999), as unidades básicas são as redes solidárias.

Conforme Mendonça (2006), a Economia Popular emerge das rupturas impostas pela reconstrução global do capital e dos comportamentos reativos da classe trabalhadora pela reprodução social. Mendonça (2006) entende a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas realizadas pelos trabalhadores e suas famílias para obter meios de vida ou melhorar suas condições de vida. Como núcleo elementar desta Economia Popular, ele adota a unidade doméstica, concebida menos como família nuclear e mais como família expandida, incluindo relações por afinidade.

O certo é que a partir do advento do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), também em 2001, bem como da Rede de Gestores Públicos, em 2002, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em 2003, a Economia Solidária vai se consolidando enquanto movimento reivindicatório por uma economia centrada na vida e no trabalho coletivo (Arcanjo & Oliveira, 2017).

Segundo Xavier (2009), havia uma abordagem integrada e colaborativa entre os ministérios, nesse período, e não se mediu esforços para consolidar as políticas públicas solidárias elaboradas a partir da contribuição dos diversos sujeitos que atuavam na área, visando um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo. Isso proporcionou um

momento singular na história brasileira no que diz respeito às políticas públicas federais. Observou-se uma diversidade de programas que promoveram a integração e a transversalidade entre diferentes setores do governo federal.

1.2 Aparecimento da Economia Solidária no Brasil: uma política pública de formação e libertação

Ao olhar para a realidade nacional, ao longo do século XX, vê-se que o país passou por várias transformações políticas e econômicas, que influenciaram o desenvolvimento da Economia Solidária. Diversos movimentos sociais e sindicatos buscaram alternativas econômicas mais justas e participativas, levando ao surgimento de cooperativas de produção, associações de trabalhadores e outras formas de empreendimentos solidários (Veronese, Gaiger, Ferrarini, 2017).

Conforme Veronese *et al.* (2017) somente a partir da década de 1980, com o contexto de abertura política e democratização do país, a Economia Solidária ganhou maior visibilidade e apoio de organizações e governos. A criação de leis e políticas públicas voltadas para a Economia Solidária contribuiu para o fortalecimento desse setor econômico.

Conforme explica Leite (2009) procuravam-se novas formas de regulação social com base em uma auto-organização econômica e política da sociedade. Como essência a Economia Solidária atribui os conceitos de cooperação e solidariedade, e embora instigue a inserção econômica, sua relevância social está, antes de tudo, na promoção dos sujeitos nos espaços sociais, dando-lhes oportunidade de exercer com autonomia seu papel social e de evoluir conforme o seu fazer na vida. Para Singer (2002), a Economia Solidária ressurge como resposta há muitos problemas sociais, entre eles à pobreza e o desemprego.

Com essa perspectiva, vê-se a cada dia o surgimento de novas cooperativas e organizações não governamentais engajadas em difundir a ideia de cooperação e de se produzir uma renda e melhoria da qualidade de vida de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social (Morais & Moreira, 2015).

Para Moraes e Moreira (2015), o surgimento dessas iniciativas se dá, em sua maioria, por incentivo da sociedade civil organizada e dos próprios trabalhadores que com anseio de encontrar alternativas de sobrevivência aos que estão excluídos do sistema produtivo iniciam práticas baseadas na colaboração solidária e inspiradas por valores culturais. Essas práticas, no entanto, com o mesmo imediatismo com que surgem podem faltar, devido à carência de ferramentas e conhecimento suficientes para a gerência dos empreendimentos, da renda e da sua manutenção. Assim, a Economia Solidária surge já com a necessidade iminente de investimento em políticas públicas capazes de sanar, além da falta de emprego, a falta de sustentação dos novos empregos gerados por vias da Economia Solidária.

Ainda segundo Moraes e Moreira (2015), um empreendimento solidário impulsiona o crescimento econômico e a evolução social à medida que interaciona desde sua constituição o preparo e a prática. Toda iniciativa socioeconômica impele planejamento e gestão, mas a parcela da sociedade afetada pela desestruturação social, vítima da desigualdade e da exploração, e principais necessitados dos benefícios de uma Economia Solidária, não possui formação para condicionar e executar ações planejadas. As ações são estimuladas pela necessidade financeira, pelos interesses culturais e, na maioria das vezes, passam longe de ser consequência de uma consciência trabalhada e bem definida.

A participação do poder público fomentando essas iniciativas e apoiando as já existentes tem importância significativa no desenrolar de todo esse processo. No entanto, na constituição das políticas públicas e da Economia Solidária atravessam concepções e práticas bastante divergentes. Por essa razão, compreender a complexidade de conceituação e aplicabilidade da Economia Solidária torna-se, portanto, primordial e justifica o modo como a análise reflexiva é conduzida neste trabalho que divide-se em um primeiro momento por uma apresentação sócio-histórica, num segundo momento pela percepção crítica da atuação de políticas públicas no Brasil frente a Economia Solidária e por fim pela constatação da importância da educação e formação no resultado concreto e efetivo dessa economia (Moraes & Moreira, 2015).

Dirigindo-se pela metodologia bibliográfica e seguindo as concepções apresentadas, o presente trabalho objetiva compreender, com foco na educação, a função e atuação do Estado e setores organizados da sociedade, na promoção da Economia Solidária e seu desenvolvimento (Morais & Moreira, 2015).

1.3 Importância da Economia Solidária no mundo atual

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL]¹ (2019), há urgência de políticas públicas de Economia Solidária, direcionada aos seus países membros, na luta contra os desafios da desigualdade e pobreza por meio de programas de incentivos.

Em 2018, a CEPAL publicou a edição do “Panorama Social da América Latina” e afirmou que a erradicação da pobreza e da pobreza extrema, além da redução da desigualdade em todas as suas dimensões ainda são os maiores desafios aos países da América Latina. O documento alerta para as consequências da desigualdade num contexto regional de baixo crescimento econômico e importantes transformações demográficas e no mercado de trabalho (Iwanowsky, 2019). Nesta perspectiva, a CEPAL afirma que é necessário desenvolver e fortalecer políticas públicas de proteção social nas esferas do trabalho, promovendo a inclusão social e laboral, além da manutenção de políticas públicas de distribuição de renda (CEPAL, 2019).

O desafio da inclusão laboral está associado a ofertas insuficientes de postos de trabalho, má qualidade dos empregos, falta de acesso à cobertura social, baixa escolaridade e baixos salários. Como alternativa, o mercado informal se torna característica fundamental nos países membros da CEPAL. Contudo, a informalidade

¹CEPAL é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), e tem por objetivo o estudo e a promoção de políticas para seus países membros, com destaque para a estimulação da cooperação entre eles e o resto do mundo. A CEPAL também colabora com o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, principalmente quanto aos desafios da desigualdade, luta contra a pobreza, fomento à democracia, justiça, paz e meios de inserção dessas economias na economia mundial. No Brasil, ela está presente desde 1952, ocasião em que assinou acordo de colaboração junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

compromete o acesso à seguridade social, trabalhos decentes e com jornada justa, proteção à maternidade, entre outros, que levam o setor à alta tendência de precariedade (CEPAL, 2019).

Já nos primórdios do capitalismo, a sociedade inglesa julgou importante mitigar os efeitos excludentes do capitalismo, por meio de sociedades de seguridade social e assistência mútua, que prestavam assistência para trabalhadores e suas famílias em casos de doença e morte. Assim, surgiram as primeiras organizações com bases no cooperativismo e mutualismo. Deste modo, as cooperativas passaram a ser entendidas como grupos de trabalho associados à qualidade de vida de seus membros, e não ao capital, nascendo uma alternativa ao sistema capitalista, denominada Economia Solidária (Artavia-Jiménez, Ortiz, Cordero-Bonila, Morales, 2019).

Segundo Medeiros (2015), a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi um importante marco na ampliação dos direitos sociais, com o alcance da previdência social aos trabalhadores rurais e a universalização da saúde como fatores declarados de que a desigualdade distributiva e a pobreza extrema, mereciam a atenção do Estado. Além disso, estabeleceu que, dentre os princípios gerais da atividade econômica constavam a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, assegurada a todos uma vida digna, em acordo com os imperativos da justiça social; a redução das desigualdades regionais e sociais, o pleno emprego e o tratamento diferenciado às empresas brasileiras de pequeno porte.

Assim a economia volta a ser protagonizada pela solidariedade, e o dinamismo da reciprocidade está presente no debate das grandes questões da sociedade. A Economia Solidária sempre se destaca como uma alternativa diante dos modelos de desenvolvimento, com sua eficiência econômica garantida pela equidade e autogestão, sob princípios não utilitaristas (Faria, 2017).

1.4 Políticas públicas de Economia Solidária e desenvolvimento territorial

Conceituar Economia Solidária constitui exercício de adequação e compreensão de diferentes realidades, articulando conhecimento, tempo histórico e cultura. Isso porque

são muitos os termos dados, por exemplo, o de economia social na Europa e economia popular na América Latina.

Segundo França Filho e Laville (2004), compreender o fenômeno da Economia Solidária implica conhecer as respectivas dimensões históricas de seu surgimento, o que significa que, na Europa, a Economia Solidária deve ser compreendida dentro da história de uma economia social e, na América Latina, a Economia Solidária refere-se à tradição de uma economia popular. Assim a base e os sentidos de seu surgimento são distintos (Silva, Sena, Guimarães, 2022).

Na América Latina o fenômeno da Economia Solidária, diante de sua questão histórica, tem sido interpretado como resistência dos setores populares à economia baseada no capital. Para a Economia Solidária, além do capital, a economia possui a dimensão do trabalho e da vida que atribui outros sentidos à geração de renda. Neste sentido, Singer (2002 p. 10) apresenta a Economia Solidária como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, e o direito à liberdade individual”.

Ainda conforme Singer (2002), por meio da Economia Solidária é possível promover e construir estratégias sustentáveis de Desenvolvimento Urbano e Rural com base nos princípios da Solidariedade. Isso por meio do Cooperativismo Alternativo, Autogestão, Organização, luta pela distribuição Justa da Terra e dos Frutos da Terra, defesa do Meio Ambiente, Agroecologia, e da manutenção de saberes tradicionais e formas de vida, como caminhos para a autonomia.

No Brasil, a história da Economia Solidária emerge no final dos anos 1980 com características de um movimento social autogestionado, com importante influência de grupos religiosos, passando por sua institucionalização como política pública a partir de 2003. Desse ano até meados de 2016 a Economia Solidária, teve apoio de uma Secretaria dentro de Ministérios do Trabalho e Emprego, tendo significativa relevância nas políticas de geração de trabalho e renda. Já a partir de 2018 mudanças no cenário político nacional promovem alterações nas políticas e estratégias de fomento à Economia solidária (Silva *et al.* 2022).

Na linha do tempo histórico a Economia Solidária emerge no Brasil, como alternativa ao avanço do neoliberalismo na década de 1980 e ao processo de globalização que se intensifica a partir dos anos 1990 provocando forte crise econômica e desemprego. Diante do cenário de miséria que se instalava, a Economia Solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais. Sendo a partir de movimentos sociais que passam a buscar formas de construir renda para uma massa empobrecida de trabalhadores. Começam a surgir os coletivos dentro dos movimentos sociais de segmentos diversos, na busca por organização (Silva *et al.* 2022).

São muitos os marcos históricos da ES no Brasil, dentre eles destaque para o financiamento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) pela Cáritas, no final dos anos 80, que se destinavam a gerar renda e trabalho de forma associativa para moradores pobres da zona urbana e rural. Nesse mesmo período, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular (ITCPs) disponibilizando apoio técnico, logístico e jurídico a fim de viabilizar os empreendimentos auto gerenciais, surgidos com as PACs, que são “entidades universitárias destinadas à incubação de cooperativas e grupos de produção associada” (França Filho & Laville, 2004, p.156).

No período de 1998 a 2002, algumas iniciativas de fomento à Economia Solidária surgem em prefeituras municipais, dentre elas a prefeitura de Porto Alegre (RS), de São Paulo (SP), Recife (PE), Belém (PA), e ainda o governo do Estado do Rio Grande do Sul e Distrito Federal passam a desenvolver ações de fomento à ES. Essas experiências, mais os movimentos sociais representam a participação desse segmento no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, em Porto Alegre.

É a partir do I Fórum Social Mundial a Economia Solidária passa a ganhar destaque como possibilidade de política pública de demandas advindas de uma grande rede de atores formada por diferentes grupos políticos, movimentos sociais, membros da sociedade civil e grupos religiosos que vinham se articulando há mais de uma década. Assim, durante o I Fórum Social Mundial é criado o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária (Arcanjo & Oliveira, 2017).

Para Singer (2014), a criação do GT Brasileiro de Economia Solidária permitiu articulação de diversos segmentos e movimentos sociais em prol da criação de políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil. Assim, no final de 2002, com a eleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criam-se as condições favoráveis para a legitimidade de ações estatais para o desenvolvimento da Economia Solidária no país.

Ao final de 2002, o GT Brasileiro de Economia Solidária elabora uma Carta ao recém-eleito presidente da república, esta, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” reivindicava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como institucionalização da Economia Solidária. A emergência do tema foi bem recebida pelo novo governo (Singer, 2014).

Segundo Singer (2014) a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, fomentada por todo o país, de forma diferenciada de organização do trabalho, a Economia Solidária, permitiu evitar grandes desigualdades de políticas neoliberais. Nesse contexto, observa-se um grande passo dado no país, com mudanças significativas para as classes menos visíveis e qualificadas.

A Economia Solidária foi admitida como elo de consolidação do Programa Fome Zero, que se apresentava como maior expressão do Plano Brasil Sem Miséria, sendo considerada como uma estratégia de inclusão produtiva, direcionada às comunidades mais pobres e populações vulneráveis (Singer, 2014).

1.5 A Economia Solidária na agenda governamental

Apresenta-se nesta sessão a análise de adoção de políticas públicas na agenda governamental. Uma das matrizes de análise de políticas públicas que vem sendo muito usada foi elaborada por Kingdon (2003), e é conhecido como Modelo de Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams Framework*), conforme mostra a Figura 1.

Figura 1: Modelo de Fluxos Múltiplos



Fonte: Adaptado de Capella (2007).

O fluxo dos problemas do modelo Kingdon analisa de que forma as questões são reconhecidas e os motivos que as levam a compor a agenda do governo. A atenção governamental se daria em função de três acontecimentos (Kingdon, 2003): 1) indicadores que apontam e mensuram a magnitude de uma situação; 2) a ocorrência de eventos, crises, desastres ou uma experiência pessoal; e 3) o feedback oriundo do monitoramento sobre orçamento, custos e gastos. A resposta dos formuladores, por sua vez, depende da forma como estes percebem e interpretam a realidade (Capella, 2007). Ressalta-se a relevância dos indicadores sociais e epidemiológicos, expressivos no setor saúde, como importantes para desvelar a magnitude dos problemas e influenciar a formação da agenda pública do setor.

O fluxo das alternativas inclui o conjunto de ideias e propostas em disputa para ganhar aceitação na rede de políticas. Nesse processo nem todas as ideias recebem o mesmo tratamento - algumas permanecem intocadas, outras são combinadas a novas propostas e/ou desaparecem. Entre as alternativas que originam as políticas públicas é

possível identificar alguns padrões, tais como: a confiabilidade técnica; a aceitabilidade e compatibilidade entre os valores vigentes na sociedade; e a capacidade de antecipar contingenciamentos futuros, como os orçamentários (Kingdon, 2003).

No fluxo político do modelo dos múltiplos fluxos três elementos são considerados: o clima nacional (national mood), as forças políticas organizadas e as mudanças no governo (Kingdon, 2003, Zahariadis, 2007). O clima nacional se caracteriza pelo compartilhamento das questões relevantes na sociedade, configurando um ambiente favorável para a formação da agenda política. As forças políticas organizadas referem-se às pressões exercidas por grupos, levando a consensos ou conflitos na arena política. Por fim, as mudanças no governo influenciam a agenda tanto de pessoas em posições estratégicas como na composição do legislativo. Chama-se especial atenção para o início de governos, considerado o momento mais propício à entrada de demandas que permaneceram por um longo tempo sem resposta (Kingdon, 2003).

1.6 A inserção do programa Economia Solidária em desenvolvimento na agenda do Governo

De acordo com o modelo de Kingdon (2003), pode-se distinguir claramente a interação entre os três fluxos que propiciaram a inserção da Economia Solidária na agenda governamental em 2003, culminando com a criação da Senaes. Seguindo sua sequência metodológica, o fluxo dos problemas é o primeiro a ser analisado.

O modelo de Kingdon (2003), também aponta três maneiras pelas quais um problema pode ser reconhecido como importante, que são os indicadores, eventos focalizadores e feedback, ao ponto de buscar-se soluções via políticas públicas. No caso da Economia Solidária o que mais pesou foram os indicadores referentes ao mercado de trabalho no início do século XXI.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil após a abertura comercial de sua economia no começo da década de 1990, aliado à nova orientação de atuação do Estado, que diminuiu drasticamente seu poder de contratação de pessoal, resultaram em uma

elevação crescente tanto no nível de desemprego quanto no grau de informalidade no mercado de trabalho (Nagem & Silva, 2013).

Com isso, enquanto uma parcela significativa da população brasileira não conseguia encontrar trabalho remunerado, uma boa parte dos que conseguiam o faziam por meio de ocupações não formalizadas, sem acesso aos direitos trabalhistas básicos conquistados ao longo do século (Nagem & Silva, 2013). A Tabela 1, a seguir, ilustra esse fenômeno:

Tabela 1: Taxas de desemprego e informalidade no Brasil (1992 a 2001) em %.

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Desemprego aberto	7,2	6,8	ND	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10	10,5
Informalidade	12,1	11,2	ND	9,7	9,8	9,1	7,7	7,9	6,6	47,2

Fonte: [IPEA] (2004).

Desse modo, é possível observar que o desemprego em 1992 era de 7,2% da população ativa e em 2001 esse percentual já estava em 10,5%, ou seja, em 10 anos houve um aumento de mais de 50%. Esse aumento também foi sentido na informalidade da população brasileira, que em 1992 era de 40%, e passou a ser de 47% em 2001 (Nagem & Silva, 2013).

O fortalecimento do mercado de trabalho assalariado permaneceu como prioridade do governo, cabendo à Senaes apenas um papel residual, quase simbólico, como mostram os dados sobre dotação e execução orçamentária do MTE. Pela **Tabela 2**, a seguir, nota-se que dois dos principais indicadores de avaliação do mercado de trabalho tiveram uma evolução positiva entre 2003 e 2010, revertendo a tendência vinda da década anterior, conforme já mostrado na **Tabela 1**. A taxa de desemprego aberto caiu de 12,1% para 6,6%, enquanto o grau de informalidade dos postos de trabalho caiu de 41,7% para 36,1%, no final do período (Nagem & Silva, 2013).

Tabela 2: Taxas de desemprego e informalidade no Brasil (2003-2010) em %

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Desemprego aberto	41,7	42,4	42,2	41,2	40,6	38,3	37,5	36,1
Informalidade	12,1	11,2	9,7	9,8	9,1	7,7	7,9	6,6

Fonte: [IPEA] (2010).

Por fim, a combinação entre esses dois fatores, desemprego e informalidade, tem um impacto direto e duradouro no aumento da pobreza no país, que leva a um agravamento de todos os outros problemas sociais como, criminalidade, fome, corrupção e tantos outros. (Nagem & Silva, 2013).

2. METODOLOGIA

Nesse tópico foi tratado os aspectos metodológicos referentes ao tema políticas públicas para a Economia Solidária. Essa pesquisa caracteriza-se de natureza bibliométrica, que permite maior familiaridade com a problemática central. Nesse caso, a abordagem será a quantitativa, que segundo Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas (Dalfovo, Lana, Silveira, 2008).

O fluxo metodológico seguiu, em um primeiro momento, com a pesquisa do tema na base de dados (WoS), e em seguida, foi iniciada a análise dos resultados encontrados. Sob o ponto de vista de procedimentos técnicos de busca, foi realizado o estudo bibliométrico, que permite visualizar o desenvolvimento histórico de uma disciplina e também evidenciam a existência de hierarquias tanto na forma como na agência da produção do conhecimento (Lenine & Morschbacher; 2020).

A pesquisa foi feita a nível internacional, por ter mais dados relacionados ao tema políticas públicas para a Economia Solidária e também por haver uma limitação de informações disponíveis sobre essa temática a nível nacional, visto que muitos pesquisadores brasileiros, publicam em língua inglesa.

Considerou-se elegíveis estudos completos e na íntegra que retratassem as políticas públicas para a Economia Solidária, publicados entre 2003 e 2019, ou seja, 16 anos. Foi priorizado somente artigos exibidos na base de dados Web of Science (WoS) e estudos que demonstraram alguns dos descritos seja no título, resumo ou palavras-chaves.

A escolha deste período se justifica por três motivos, a saber: (i) maior investimento por parte do Governo Federal de 2003 a 2016, que priorizava diminuir a desigualdade de renda e melhorar a qualidade de vida da população, (ii) maior investimento do Governo Federal na educação superior, algo que incentivou um maior número de pesquisas não só sobre esse tema, mas outros também, (iii) um maior número de vagas sendo ofertadas nas universidades públicas do Brasil, que contribuiu consequentemente para que a quantidade de pesquisadores aumentasse e por fim (iv) ampliou-se o período da pesquisa até 2019 por muitos periódicos demorarem na publicação, bem como para incluir possíveis publicações relacionadas a indignação e denúncias referentes ao fim das políticas públicas em prol da Economia Solidária.

Os estudos identificados foram submetidos a processo de triagem e eliminamos aqueles que se enquadraram dentro da base de dados como: (i) artigo que não estavam abertos; (ii) foram excluídos documentos que não foram publicados entre os anos de 2003 e 2019; (iii) foram excluídos todos os documentos que não eram artigos, e por fim (iv) todos os documentos restantes foram estudados a fim de que o assunto dos mesmos estivesse de acordo com o nosso tema.

As informações selecionadas na base de dados da WoS foram extraídas por meio de planilha Excel, podendo assim tabular os dados e, a jusante, projetá-los em formato de tabelas, mapas, entre outros. Para sua caracterização submetemos a classificação dos dados, contendo diversos indicadores.

5. RESULTADOS

5.1 Identificação e mapeamento dos artigos

Segundo Dravet (2022, p.6), a WoS está submetida “a critérios de fator de impacto, medidos por citações; critérios de uma pretendida cientificidade fortemente

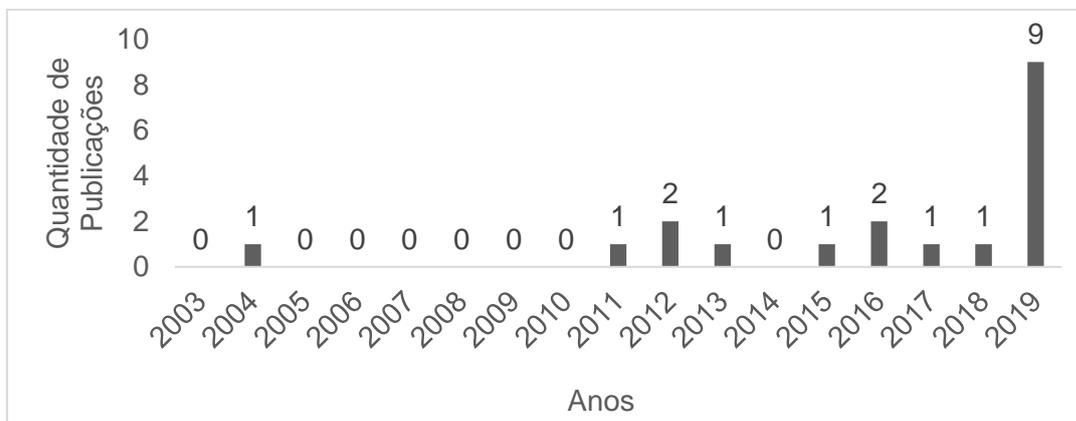
marcada por um paradigma positivista sobre a imediata transformação social que tais pesquisas supõem garantir”, se caracterizando por disponibilizar trabalhos de reconhecimento internacional.

As recomendações de busca, seleção e inclusão envolveu uma pesquisa na base de dados WoS, onde foi aplicado as palavras-chave em inglês: (“Solidarity Economy”, and “Brazil”). Obteve-se em um primeiro momento o resultado de 155 documentos, a fim de tornar o resultado fiel a temática do trabalho, aplicou-se 4 filtros, sendo que o 1º filtro excluiu todos os documentos que não tinham o acesso aberto, assim, chegou-se ao resultado de 89 documentos. O 2º filtro excluiu todos os documentos que não foram publicados durante os anos de 2003 a 2019, e o resultado foi de 23 documentos. O 3º filtro excluiu todos os documentos que não eram artigos, chegando-se ao resultado de 20 artigos. E por fim abriu-se todos os 20 documentos restantes a fim de confirmar se o conteúdo dos mesmos era compatível com o tema da pesquisa. Para isso, foram analisados os títulos, resumos e palavras-chave dos artigos. Após esse processo foi descartado somente um documento que estava relacionado ao tema “declínio cognitivos”. Logo, após passou-se por distintas etapas do processo de escolha e qualificação do fluxo de informações conforme descrito no item 4.6 (seleção de estudos), onde apenas 19 artigos foram agregados/incluídos.

5.2 Período temporal de publicações (2003 e 2019) – últimos 16 anos.

Observa-se que no Gráfico 1, a seguir, estão detalhados os anos de publicação dos artigos selecionados entre o interstício de 2003 e 2019, cobrindo dezesseis anos de pesquisa, referente ao tema escolhido.

Gráfico 1 - Quantitativo de publicações nos últimos dezesseis anos (2003 e 2019).



Fonte: Elaborado/a pelo/a autor/a com base nas informações da WoS (2024).

Enfatiza-se no gráfico acima que os anos de 2003, 2005 à 2010 e 2014, com base nas informações da WoS, não houve publicações. É possível observar também que o volume das publicações se deu gradativamente a partir dos anos de 2011, 2012, 2013, 2015 à 2018, porém demonstrando um aumento significativo em 2019. Em 2019 nove artigos foram publicados de um total de 19. Isso pode ser atribuído a dois fatores, a criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 69/2019, pelo parlamentar Jaques Wagner (PT-BA), que inclui a Economia Solidária entre os princípios da ordem econômica previstos na Constituição Federal, e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 137/2017, que cria a Política Nacional de Economia Solidária (Agência Senado, 2022).

Observa-se, ainda, que o Brasil, estava em uma crise econômica e política, que aumentou significativamente o desemprego, fome e diminuiu a qualidade de vida da população. Esses fatores podem ter colaborado para colocar a temática da Economia Solidária em evidência, propiciando com isso o aumento do número de publicações sobre o tema no Brasil. Essa reflexão parte do princípio de que a Economia Solidária, tem como objetivos promover trabalho digno e decente, com inclusão e justiça social, geração de renda e respeito ao meio ambiente.

Segundo Nagem (2011), embora os empreendimentos de Economia Solidária almejem inserção no mercado, se organizando para produzir um bem, prestar um serviço, permitir compras conjuntas, intermediar microfinanças ou qualquer outra relação de fins

econômicos, a dimensão política também está fortemente presente em sua atuação. Isso se evidencia tanto no envolvimento dos participantes em todas as questões relativas ao empreendedorismo e suas decisões, quanto no seu relacionamento com as questões locais e comunitárias nas quais estão inseridos. O que pode estar relacionado ao aumento de publicação em 2019 no Brasil.

5.3 Principais países/regiões – indexação dos artigos

Observa-se que na Tabela 2, a seguir, os principais países/regiões na indexação dos artigos sobre políticas públicas para a Economia Solidária, revelam a distribuição global diversificada, com uma predominância significativa do Brasil.

Tabela 2 – Distribuição das Publicações por Países – indexados pela WoS.

Países	Contagem do registro	% de 19
Brasil - América do Sul	14	75%
Estados Unidos - América do Norte	1	5%
Alemanha - Europa	1	5%
Suécia - Europa	1	5%
Bélgica - Europa	1	5%
Argentina - América do Sul	1	5%

Fonte: Elaborado/a pelo/a autor/a com base nas informações da WoS (2024).

Com base nos dados da (Tabela 2) fica evidente que a maior parte das publicações foram feitas por brasileiros, onde 14 artigos foram publicados durante os anos de 2003 à 2019 no Brasil. Segundo Silva (2015), no Brasil, A Economia Solidária se institucionalizou a partir do governo Lula, porém o movimento é anterior à essa institucionalização. Nos anos 80 a Economia Solidária aparece com força, devido as empresas recuperadas por trabalhadores, por meio da autogestão. A igreja (mais preponderantemente a católica), juntamente com os movimentos sociais apoiaram e divulgaram as formas de trabalho e geração de renda associativos/cooperativos. Esse interesse no meio político e religioso pode estar relacionado ao aumento do interesse de

pesquisadores e, a dedicação desses, a atenção para os benefícios, impactos e desafios da Economia Solidária no país.

Outrossim, é possível verificar que pesquisadores de outros países como Argentina, Bélgica, Alemanha, Suécia e Estados Unidos também se interessam em investigar como a Economia Solidária atua, influencia a economia, qualidade de vida e distribuição de renda no Brasil. Isso pode estar relacionado as várias parcerias que as Universidades brasileiras têm com instituições de nível superior fora do país, tornando o tema da Economia Solidária e outros, debatidos no meio político e acadêmico do país, internacionalizados.

Portanto, a quantidade de estudos conduzidos, distribuídos em diferentes continentes, conforme apresentados na Tabla 2, apresenta a América Latina liderando com 15 artigo, seguido pela Europa com 03 e os Estados Unidos com um, informações que fornecem um indicativo dos principais focos de publicações acerca do tema políticas públicas para a Economia Solidária.

5.4 Principais autores

O Quadro 1 foi feito um recorte dos autores que discutem sobre as políticas públicas para a Economia Solidária, conforme localizados na pesquisa. Tem-se uma amostra, por ordem cronológica a fim de destacar a evolução da discussão do tema no meio acadêmico.

Quadro 1 -Distribuição e caracterização dos estudos que abordam as políticas públicas para a Economia Solidária publicados entre 2003 e 2019.

<i>Autores e Ano de Publicação</i>	<i>Afiliações</i>	<i>Temática Trabalhada</i>	<i>Principais Achados</i>
Gaiger, L. I. (2004)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Rio Grande do Sul.	Problemas que permeiam a Economia Solidária no Rio Grande do Sul.	O trabalho identifica algumas das mudanças e inovações necessárias na conceituação e implementação da Economia Solidária, sendo uma delas sucessivas mutações, nas práticas econômicas e nos mecanismos de representação, em direção a um sistema híbrido, de economia plural e de alargamento democrático, cujo ponto de equilíbrio será função da capacidade de alianças e da força de embate dos atores oponentes.
Costa, J. C. (2011)	Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil.	Mulheres na Economia Solidária.	O trabalho discute a falta de espaço das mulheres na Economia Solidária, propondo um diálogo com a teoria de gênero formulada no âmbito feminista, visando reconstituir o percurso das mulheres no campo analisado. Assim, cabe à Economia Solidária reconhecer que a incorporação das reivindicações feministas notadamente quanto às interações entre as relações de gênero, étnico-raciais e de geração constitui condição sine qua non para que esta efetive o status pretendido: de uma economia baseada na solidariedade, construtora de sociabilidades mais solidárias.
Maria, R; Chagas, T; Silva, V, (2012)	Universidade Federal de Ouro preto, Minas Gerais, Brasil.	Associação de catadores de materiais recicláveis.	Com o objetivo de superar as dificuldades encontradas em relação ao trabalho contábil, organizacional e ergonômico, utilizamos uma metodologia capaz de proporcionar uma maior interação entre pesquisadores e catadores, facilitando a troca de conhecimentos e a perpetuação das técnicas utilizadas. Com isso, melhorias foram observadas em relação à triagem, armazenamento e organização do trabalho.
Caruana, M. E. C; Srnc. C. C, (2013)	Universidade John's Hopkins, Baltimore, Maryland, Estados Unidos da América.	Regularização de empreendimentos de Economia Solidária.	Este artigo analisa as principais dimensões e condicionantes regulatórias dos programas nacionais que promovem a Economia Social e Solidária na Argentina, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela na última década. O artigo afirma que a maioria dos programas analisados precisa melhorar a articulação das diversas ações públicas envolvidas para complementar suas atividades, potencializando seus resultados.

<i>Autores e Ano de Publicação</i>	<i>Afilições</i>	<i>Temática Trabalhada</i>	<i>Principais Achados</i>
Ribeiro F. A. dos S. (2015)	Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.	Economia moral e os efeitos da "Greve do Açúcar".	O trabalho identifica uma mudança de comportamento do sindicalizado dos trabalhadores têxteis, após a denúncia de que armazéns da vila operária estavam estocando o produto em benefício de alguns consumidores "ilustres" e recusando a venda aos tecelões. Essa postura também serviu para que outros sindicatos declarassem greve de solidariedade.
Weschenfelder, S., et al. (2016)	Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.	Produção de alimentos na Economia Solidária.	Esse trabalho realizou um diagnóstico empresarial para avaliar as instalações, o processo de produção e as práticas de higiene de sete empreendimentos de economia solidária localizados na cidade de Novo Hamburgo, Sul do Brasil, que trabalham com produção e comercialização de alimentos. A produção de alimentos, apesar de ocorrer em locais com restrições de espaço e de ambientação, garante alimentos diferenciados e com valor agregado, onde os manipuladores acompanham todo o processo, desde a seleção da matéria-prima até a venda. Os princípios básicos de higiene são seguidos, pois garantem a produção de alimentos com qualidade, o que contribui para a geração de renda das famílias participantes.
Telles. L. B.; Macedo. L. M.; Bittencourt. J. V. M. (2017)	Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, Brasil.	Organizações Rurais de Economia Solidária (SEROs).	O estudo objetivou apresentar um modelo teórico de indicadores de avaliação de desempenho das Organizações Rurais de Economia Solidária do Sul do Brasil a partir das percepções dos tomadores de decisão das organizações, e concluiu que os representantes da SERO consideram que as avaliações de desempenho devem seguir a Declaração Brasileira de Princípios da Economia Solidária. Além disso, identificou-se que há uma maior preocupação com critérios correlacionados a aspectos técnicos e legais do que com critérios relacionados à solidariedade e humanitarismo.
Gaiger L. I.; Ferrarini. A.; Veronese. M. (2018)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS.	Empreendedorismo no terceiro setor.	O artigo discute a conceituação de empreendimentos econômicos solidários e a dificuldade de classificá-los a partir da noção de setor, no sentido de um campo específico de práticas que se constrói por diferenciação e autonomia diante dos demais. Conclui-se que a melhor forma de os classificar é por meio de uma abordagem gradualista na perspectiva da economia plural, na qual coexistem diferentes iniciativas, híbridas, no sentido de possuírem uma dimensão social e política integrada à sua atuação propriamente econômica.

<i>Autores e Ano de Publicação</i>	<i>Afiliações</i>	<i>Temática Trabalhada</i>	<i>Principais Achados</i>
Silva S. R. S. e; Reis A. A. dos; Santana A. P. P., (2019)	Instituto Federal do Pará, (IFPA), Belém, Pará, Brasil.	Registro da marca em uma cooperativa de mulheres.	O trabalho da assistência a cooperativa de mulheres COOPMUC, do município de Cametá, Pará, a registrarem a sua marca, e com isso consolidar a relação entre os produtores e os consumidores finais, pois mostra características efetivas sobre a origem dos produtos e a relação de significado e dos valores agregados aos mesmos.
Campani. A; Silva. R. M. G. da; Silva. M. do. S. e. S., (2019)	Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE, Brasil.	Empoderando pessoas a empreenderem na Economia Solidária.	Esse trabalho objetivou empoderar comunidades a empreenderem e trabalharem na Economia Solidária. Ao analisar as falas dos docentes sobre suas experiências de extensão no Programa em estudo, identificamos que as mesmas, ao criarem formas diferenciadas de conhecer e se relacionar com o conhecimento em processos de interculturalidades e inclusão, tencionam rupturas com as regularidades científicas potencializando a inovação curricular.

Fonte: Elaborado/a pelo/a autor/a com base nas informações da WoS (2024).

Autores

Na tabela são apresentados dez artigos, de nove autores diferentes, oito desses autores são pesquisadores brasileiros e um é argentino.

Afiliações

Nota-se, que as organizações com maior participação são as Universidade do Vale do Rio dos Sinos (duas publicações) e Universidade Feevale (duas publicações), ambas do Rio Grande do Sul, Brasil. Essa informação reflete o crescente investimento e a rápida expansão da pesquisa científica no Rio Grande do Sul, destacando a sua posição como um importante centro de produção de conhecimento em Economia Solidária. É preciso considerar, ainda, que o Rio Grande do Sul foi o centro de difusão dos Fórum Social Mundial, um dos grandes propulsores da Economia Solidária.

Categorias ou temas

As áreas Ciências Sociais Aplicadas, representam uma grande parte dos registros analisados. Tal fato não surpreende, visto que a Economia Solidária está relacionada a

atividades econômica, a autogestão, ao direito a trabalho digno, bem como a inclusão e superação da pobreza.

Este Trabalho foi elaborado tendo como objetivo identificar e avaliar as publicações sobre o tema políticas públicas para a Economia Solidária. A análise do resultado no período compreendido entre 2003 e 2019 possibilitou estabelecer um panorama das pesquisas realizadas no Brasil nos últimos anos. Vale destacar que os principais achados discutidos sobre a temática políticas públicas de Economia Solidária, demonstrou que ela colaborou para a inclusão no mercado de diversos grupos cooperativos, seja na modalidade da produção, comercialização, crédito. Logo, isso reflete a importância dos investimentos em projetos de geração de renda, de forma coletiva, na busca por soluções econômicas sustentáveis.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que o Brasil é um referencial na pesquisa sobre Economia Solidária, com destaque para o Sul do País. É preciso enfatizar que a pesquisa ainda está em elaboração e muito há para ser encontrado nesses resultados, como os principais temas abordados, locais de implementação das políticas discutidas nos artigos, resultados dessas políticas etc. É certo que esse trabalho é apenas uma amostra do que se discute sobre a Economia Solidária na academia. Sabe-se que os critérios de exclusão utilizados, nessa pesquisa, não podem ser considerados totalmente eficazes, visto que não se usou palavras-chaves das diversas modalidades que se faz Economia Solidária, tais como crédito rotativo solidário, bancos comunitários, comércio justo, produção coletiva, cooperativas de Economia Solidária, consumo solidário. Cada uma dessas modalidades abre possibilidade para um novo trabalho como esse.

REFERÊNCIAS

- Agência Senado. (2022). **Aprovada PEC da Economia Solidária**; texto vai à Câmara. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/03/aprovada-pec-da-economia-solidaria-texto-vai-a-camara>. Acesso em 15 julho, 2024.
- Arcanjo, M. A. S., & Oliveira, A. L. M. (2017) **A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a luta política: seus feitos e seu desmonte**. Revista Perseu: história, memória e política. V. 1 (1).
- Artavia-Jiménez, M. L., Ortiz, J. A. C., Cordero-Bonila, J., & Morales, M. V. (2019). **Economia Solidaria y Economía Humana: para enriquecer el análisis económico**. Revista Cultura Económica, n. 37, v. 97, p. 15-44.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. (2019). **Panorama Social de América Latina 2018**. Documento Informativo, Santiago. 31 p.
- Costa, B. A. L., & de Jesus, P. (2017). **A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social?** Mundo do Trabalho Contemporâneo, 2(2), 241-264.
- Capella, A. C. N. (2007). **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1, 87-124.
- Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista interdisciplinar científica aplicada, 2(3), 1-13.
- Dravet, F. M. (2022). **O mito e o digital na ciência da comunicação**: Revisão de escopo. Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones", 15(1), p. 1-23.
- Eid, F. (2003). **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo**. In: Zart, L. L. (Org.). Educação e Sócio-Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades, (V.1, ed. 1, p. 156-172). Cáceres, UNEMAT Editora.
- França Filho, G. C.; Laville, J. L. 2004. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Faria, J. H. D. (2017). **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual**. Cadernos Ebape. Br, 15(3), 629-650.
- Gama, W.; Velho, L. **A cooperação científica internacional na Amazônia. Estudos Avançados**, v. 19, p. 29, 2015.

- Gaiger, L. I. (2007). **A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil.** Revista Crítica de Ciências Sociais, (79), 57-77.
- Gaiger, L. I. (2004). **A economia solidária e o projeto de outra mundialização.** Dados, 47, 799-834.
- Gaiger, L. I., Ferrarini, A., & Veronese, M. (2018). **O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista.** Dados, 61(1), 137-169.
- IPEA. (2004). **Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro - 1992-2002.** – Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Rio de Janeiro, n. 1 027, p. 1-23, jul.
- IPEA. (2010). **Boletim de Mercado de Trabalho.** Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Rio de Janeiro, n. 46, p. 1-63. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt46> Acesso em: 07/03/2024.
- IPEA (2016). **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais do empreendimento.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%20c3%a1ria%20no%20Brasil_2016.pdf Acesso em: 08/07/2024.
- Iwanowsky, Z. (2019). **América Latina no novo milênio. Panorama social e dinâmica dos processos políticos** (1). América Latina, (7), 30-39.
- Kingdon, J. W. (2003). **Agendas, Alternatives and Public.** Nova York: HarperCollinsCollege. 2nd edition
- Lenine. E; Morschbacher. M, (2020). **Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política.** Revista Brasileira de Ciência Política, (31). Jan-Apr.
- Leite, M. P. (2009). **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e práticas.** Revista Brasileira de Ciências sociais, São Paulo, v. 24, n. 69.
- Lévesque, B. (2009). **Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia.** Política & Sociedade, 8(14), 107-144.
- Lima, J. (2012). **Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. Novas configurações do trabalho e economia solidária.** São Paulo: Annablume, 195-221.

- Medeiros, I. S. (2015). **O papel do orçamento público na realização do desenvolvimento nacional**. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, 8(1), 86-103.
- Morais, C. R. da S., Moreira, J. F. (2015). **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária**. Editora RDS.
- Moromizato, M. H. F., Silva, M. R., CNA de Lima, C. N. A., & Ceregatti. A. (2016). **Importância das Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária: A experiência de Ubatuba/SP**. Mundo do Trabalho Contemporâneo, v. 1(1).
- Mendonça, J. H. T. DE. (2006). **políticas públicas de apoio à Economia Solidária em governos locais no Brasil**. Dissertação: Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.
- Nagem, F. A., Silva, S. P. (2013). **Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política. P. 01. 21 (46) • Jun.
- Nagem, F. A. 2011. **Os caminhos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento Viçosa**. Dissertação (Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa.
- Richardson, R. J. (1989). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.
- Silva, B. R., Sena, M. M., & Guimarães, G. M. (2022). **Economia solidária e pensamento resiliente—Análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Cooesperança**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 9(17), e15-e15.
- SILVA, S. D. P. (2015). **Histórico da Economia Solidária no Brasil**. In congresso de pesquisadores de economia solidária (Vol. 1).
- Silva, S, R. S. E, Reis, A. A. Dos, & Santana, A. P. P. (2019). **Registro e uso da marca como ferramenta de gestão em uma cooperativa de mulheres na Amazônia**. Revista GEINTEC. Vol. 9 (3).
- Silva, R. M. A., & Silva, R. B. (2022). **políticas públicas de economia solidária na américa latina: dilemas e perspectivas**. Sociedade e Território, 34(1), 52-70.
- Singer, P. (2002). **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2014). **Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES)**. In: IPEA: Mercado de Trabalho, Brasília: n. 56, fev. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso em: 24/06/2024.

Veronese, M. V., Gaiger, L. I., & Ferrarini, A. V. (2017). **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária.** Caderno Crh, 30, 89-104.

Viveret, P. (2012). **Por uma sobriedade feliz.** Salvador: Quarteto Editora.

Weschenfelder, S., Oliveira, B., Bagatini, L. B., Saueressig, M., Wilhelm, C. C., & Viana, A. L. (2016). **Produção de alimentos na economia solidária: uma questão que vai além das leis.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cta/a/9ZrKNcsDny9L7hBXxgsDQBK/?lang=en#> Acesso em: 15/07/2024.

Xavier, E. (2009). **Economia solidária: um novo modo de viver.** In: **Economia Solidária e Políticas Públicas.** Mercado de Trabalho. IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4028/31/bmt_40_Economia_solitaria.pdf Acesso em 10/07/2024

Zahariadis, N. (2007). **The multiple streams framework: structure, limitations, nprospects.** In: SABATIER, P. A. (Ed.). *Theories of the policy process* Boulder: Westview, 2007. p. 65-92.